

ORGANIZAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS E CONSTRUÇÃO HISTÓRICA*

André Porto Ancona Lopez**

Introdução

Este ensaio visa discutir a problemática da preservação de acervos contemporâneos, focalizando especificamente questões referentes à documentação produzida por organizações político-partidárias clandestinas, ao lado da necessidade do reconhecimento delas enquanto atores políticos significativos. A discussão tem como pano de fundo as novas questões teóricas suscitadas pelos herdeiros da tradição dos *Annales*, ou seja, o grupo de historiadores – sobretudo franceses – que se pretendem representantes da “nova história”, além de outros que se encontram próximos a eles como Eric Hobsbawn, Peter Burke, Carlo Ginzburg e Robert Darton¹.

A ampliação dos conceitos de fonte histórica e de documento traz à tona antigos problemas relativos à organização de fontes documentais e aponta, ainda, para novos, como a relação entre a cidadania e o direito à memória. Não basta o livre acesso do cidadão aos diversos registros que informam sobre o passado para garantir que a construção da memória se dê a partir dos elementos eleitos pelo próprio grupo². Os critérios de seleção e os métodos de arranjo e descrição dos documentos são portadores de uma carga ideológica muito forte e podem condicionar a construção de uma memória embasada em elementos exógenos; podem ainda, a

* Trabalho desenvolvido com o apoio da FAPESP durante vigência de bolsa de mestrado para a pesquisa *Partidos e associações políticas no Brasil contemporâneo: proposta de tipologia documental*.

** Mestrando em História Social na FFLCH/USP.

1. Segundo Peter Burke esses historiadores próximos, inclusive ele próprio, são historiadores que tentam mesclar seu envolvimento com os *Annales* com uma certa distância crítica. Ver a respeito: BURKE, P. *A revolução francesa da historiografia: a escola dos Annales (1929-1989)*. Trad. de Nilo Odália. São Paulo, UNESP, 1991. p.15.
2. Ao nos referirmos à memória pensamos, sobretudo, em memória enquanto seleção e construção dinâmica feita por um grupo social. Apesar do seu relativo desgaste, a obra de Maurice Halbwachs introduz conceitos fundamentais nesse sentido. Ver: HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice, 1990. (Biblioteca Vértice, 21).

despeito da seriedade e/ou espírito crítico do historiador, propiciar uma visão restrita da história. Nesse sentido, é fundamental o desenvolvimento de metodologias próprias que atentem não só para a particularidade das entidades geradoras de arquivos, como também para a natureza específica de todo esse universo documental que, cada vez mais, vem sendo ampliado. A transparência dos critérios de arranjo, seleção e descrição é um elemento primordial para o estabelecimento dos limites de análise e interpretação dos documentos; é preciso repensar o papel que os arquivos exercem diante da operação historiográfica.

Acervos modernos e revolução documental

Os acervos arquivísticos modernos ou contemporâneos caracterizam-se pelo grande volume de documentos e pela coexistência de diversos suportes de informação³. Ao lado do tradicional suporte, o papel, aparecem filmes, fitas magnéticas, discos óticos etc. Do mesmo modo, novos tipos documentais passam a ser agregados aos arquivos, ampliando de forma intensa o conceito de documento, tanto no nível da pesquisa histórica, como no nível da documentação. Em arquivística, *documento* é definido como qualquer informação fixada em um suporte⁴. A “nova história”, por sua vez, fará uso dos mais inusitados objetos como fonte de informação histórica. Jacques Le Goff, tido como um dos seus principais expoentes, afirma que hoje a história vive uma revolução documental que, segundo ele, mantém relações ambíguas com a “nova história”⁵. Tal ambigüidade advém da transformação da unidade de informação, que passa a ser o *dado* ao invés do *fato*, o que facilita a escolha de fontes documentais passíveis de serem trabalhadas pelo computador. O perigo dessa ambigüidade reside na tentação de negligenciar o que não pode ser quantificável e na ilusão de deixar o computador “fazer a história”, realizando, segundo Jacques Le Goff, “o velho sonho do historiador positivista: assistir passivamente à produção ‘objetiva’ da história pelos documentos”⁶.

O conceito de revolução documental, criado por Le Goff, se não é apropriado por outros “novos” historiadores, ao menos parece estar de acordo com o modo como muitos destes vêm a ampliação do campo conceitual dos documentos históricos; buscam novos objetos de pesquisa e indagação e, ainda, revalorizam

3. Cf. SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro, FGV, 1974. p. 18-9.

4. Cf. ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS (Núcleo Regional de São Paulo). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística: contribuição para o estabelecimento de uma terminologia arquivística em língua portuguesa*. São Paulo, CENADEM, 1990.

5. Cf. LE GOFF, J. *A história nova*. In: _____, org. *A história nova*. Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 1990. p. 25-64; p.29.

6. Idem. *Op. cit.* p. 50.

documentos escritos tidos como objeto de desconfiança dos historiadores de tradição positivista, como, por exemplo, os literários⁷. Para Michel Vovelle essa transformação assegura a continuidade das longas séries documentais na ausência da documentação escrita:

"[A] descoberta de novas fontes escritas, organizáveis em séries na longuíssima duração, fruto da valorização das massas adormecidas dos documentos anônimos, (...) é ao mesmo tempo essencial e limitada. (...) Os limites existem e são bem conhecidos: a valorização geral do documento ontem considerado insignificante pára no momento em que não há mais documento escrito. A continuidade é assegurada por essas fontes diferentes, cuja própria natureza impõe uma leitura mais ampla: a escrita perde o seu privilégio, enquanto assumem importância a arqueologia, o documento iconográfico e até mesmo a enquete oral (...)"⁸.

Na realidade essa nova tendência historiográfica opõe-se convictamente, assim como fizeram todos os membros dos *Annales*, àquela historiografia "clássica" de tradição positivista, revalorizando não só a história social e econômica, mas também a história política, mental, cotidiana, comparativa e tantas outras. A busca de uma totalidade passível de ser inserida na longuíssima duração, na história "quase imóvel", abre um campo de pesquisa histórica cujos limites parecem não existir, ou que não são facilmente visualizados⁹. Jacques Le Goff detecta muito bem essa transformação:

"A história nova ampliou o campo do documento histórico; ela substituiu a história de Langlois e Seignobos, fundada essencialmente nos textos, por uma história baseada numa multiplicidade de documentos: escritos de todos os tipos, documentos figurados, produtos de escavações arqueológicas, documentos orais etc. Uma estatística, uma curva de preços, uma fotografia, um filme, ou, para um passado mais distante, um pólen fóssil, uma ferramenta, um ex-voto são, para a história nova, documentos de primeira ordem"¹⁰.

7. Ver como um exemplo de exploração de fonte literária: DUBY, Georges. O Roman de la rose. In: *Idade média, idade dos homens: do amor e outros ensaios*. Trad. de Jônatas Batista Neto. São Paulo, Cia. das Letras, 1989. p. 66-93.

8. VOVELLE, M. A história e a longa duração. In: LE GOFF, J., org. *Op. cit.* p. 65-9; p. 78.

9. Na realidade a oposição que a "nova história" faz ao positivismo é, de alguma forma, crítica, reconhecendo alguns aspectos válidos desta corrente. No entanto, ela precisa de forma bem clara as suas preocupações: "A história nova, que recusa mais que nunca a filosofia da história e que se nega a reconhecer-se em Vico, em Hegel, em Croce, e muito mais em Toynbee, não se contenta mais, portanto, com as ilusões da história positivista e, para além da crítica decisiva do fato ou do acontecimento histórico, se volta para uma tendência conceitual que pode arrastá-la em direção a outra coisa que não ela própria, quer se trate das finalidades marxistas, das abstrações weberianas ou das intemporalidades estruturalistas." (LE GOFF, J. e NORA, Pierre. Apresentação. In: _____, org. *História: novos problemas*. 2. ed. Trad. de Theo Santiago. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979. p. 11-5. p. 13).

10. LE GOFF, J. *Op. cit.* p. 28.

A arquivística não pode ficar à margem dessas profundas modificações do campo conceitual das fontes históricas. É fundamental o intercâmbio teórico (e prático) entre história e documentação, pois a história só se torna possível com o desenvolvimento da ciência da documentação e esta, na sua essência (ou ao menos no que concerne à preservação de documentos de guarda permanente cujo valor primário foi esvaziado), não tem sentido sem a primeira. Apesar de esta afirmação ser aparentemente bastante óbvia, são raros os trabalhos que buscam discutir a questão. Falta aos arquivistas, em geral, um conceito de história que vá além de um positivismo vulgarizado, o que coloca em dúvida a capacidade técnica desses profissionais frente às novas demandas da revolução documental. Por outro lado, são pouquíssimos os historiadores que têm uma noção aproximada do que seja um arquivo e das diferenças dele em relação a uma biblioteca.

É lógico que existem exceções, como François Furet, Michel de Certeau e outros; porém o quadro acima traçado está, infelizmente, muito longe de ser um exagero pessimista. Tomemos como exemplo o colóquio sobre fontes de história contemporânea portuguesa *Arquivo e historiografia*, realizado em fevereiro de 1985 em Lisboa¹¹. A proposta do colóquio – promover um espaço de diálogo entre esses dois grupos de profissionais que têm funções complementares – é merecedora de elogios e, sem dúvida, pode representar para a historiografia e para a arquivística portuguesas um início de intercâmbio. No entanto, ao verificar a qualidade das comunicações, que oscilam entre a vulgarização dos conceitos de história e documentação e o simples arrolamento de índices, catálogos e dados numéricos, nota-se que o caminho a ser percorrido é ainda bastante longo. Como aspecto positivo da proposta do colóquio merecem ser citados os estudos de Nuno Severiano Teixeira e José Machado Pais, que abordam a problemática das relações da história com as fontes documentais, sob a ótica das questões lançadas pela “nova história”¹². Como se verá mais adiante, essa realidade não é, infelizmente, privilégio de Portugal; o Brasil também carece de uma discussão que coloque em xeque a sua tradição positivista no tocante à organização das fontes documentais.

Os arquivos vêm-se, agora, forçados a rediscutir os conceitos de história e historiografia que utilizam para poderem se adequar à revolução documental, às novas abordagens e metodologias propostas. Tal transformação já havia sido sugerida por François Furet: “A historiografia seriada contemporânea deve recons-

11. As comunicações do colóquio foram editadas posteriormente. Ver: LEAL, Maria José da Silva e PEREIRA, Miriam Halpem, org. *Arquivo e historiografia: colóquio sobre as fontes de história contemporânea portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1988. (Temas portugueses).

12. Ver: TEIXEIRA, N. Para uma “nova história política”: uma experiência de conceptualização na história contemporânea portuguesa. In: LEAL, M. e PEREIRA, M., org. *Op. cit.* p. 205-18; e PAIS, J. Fontes documentais na análise da vida cotidiana. In: LEAL, M. e PEREIRA, M., org. *Op. cit.* p. 289-306. Deve-se salientar que existem ainda algumas boas comunicações no colóquio que não estão aqui referenciadas por não se enquadrarem nos objetivos deste ensaio.

tituir seus arquivos em função da dupla revolução metodológica e técnica que transformou os procedimentos e as regras da disciplina”¹³. Porém, esse aparente impulso dado pela história à renovação dos arquivos deve ser relativizado. Ao analisarmos o desenvolvimento da arquivística podemos notar, já em meados do século XIX, um embrião daquilo que a historiografia chamaria, quase um século depois, de história serial. Em 1841, Natalis de Wailly criou o conceito do *respect des fonds*, hoje conhecido como *princípio da proveniência* ou *respeito aos fundos*, que propunha, na realidade, o trabalho com longas séries documentais¹⁴. Isto significa que o documento arquivístico passa a ser inserido no contexto de produção e da sua função geradora; ou seja, o documento isolado, isto é, descontextualizado, perde seu significado.

Os arquivos modernos, nascidos das grandes coleções eruditas do século XV, transformam-se à medida que a sociedade impõe novas necessidades. O documento individualizado, típico da abordagem erudita dos séculos XVII e XVIII, perde-se no interior das séries documentais; a “análise simbólica” cede espaço à abstração que começa a construir “modelos” e “substitui o estudo do fenômeno concreto pelo objeto constituído por sua definição”¹⁵. Essa alteração da arquivística será, para Certeau, o “ponto de partida e a condição de uma *nova história*” (grifamos)¹⁶. Tal metamorfose também está relacionada às transformações do sistema produtivo, isto é, ao desenvolvimento do sistema capitalista, onde – especialmente a partir da revolução industrial e do surgimento das sociedades anônimas – acaba por prevalecer a organização burocrática. Essa nova forma de administração, que visa a uma lucratividade maior através da racionalização do trabalho e do controle rígido sobre os trabalhadores, expande-se aos demais setores da sociedade. O Estado, do mesmo modo que as indústrias, burocratiza-se, racionaliza-se e as novas relações sociais desse sistema econômico passam a ser registradas. Assiste-se a uma proliferação inédita de documentos, uma vez que eles garantem o funcionamento da sociedade. Nesse novo contexto, os arquivos modernos começam a se diferenciar das antigas coleções eruditas e das bibliotecas. O documento arquivístico torna-se aquele que é gerado espontaneamente no exercício das atividades cotidianas de uma instituição; sua organização, na fase corrente, deve refletir as funções administrativas. Somente tal dimensão do documento possibilita o seu uso nos moldes propostos pelos

13. FURET, F. O quantitativo em história. In: LE GOFF, J. e NORA, P., orgs. *Op. cit.* p. 49-63; p. 54.
14. Ver a respeito: DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. de Maria Amélia Gomes Leite. *Arquivo & administração*. Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, p. 14-33, abr/1982-ago/1986; e ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Op. cit.*
15. RÉGNIER, André. Mathématiser les sciences de l'homme? In: RICHARD, P. e JAULIN, R. *Anthropologie et calcul*. v. 10, n.18, p. 13-37, 1971. Citado por CERTEAU, M. de. A operação histórica. In: LE GOFF, J. e NORA, P., orgs. *Op. cit.* p. 17-48; p. 33.
16. CERTEAU, M. de. *Op. cit.* p. 32.

historiadores da revolução documental, isto é, a contextualização num universo social e cronológico amplo, onde o estabelecimento das séries documentais é fundamental.

Documentação de partidos políticos clandestinos e cidadania

As organizações político-partidárias clandestinas representam, pela própria condição de ilegalidade, indivíduos que têm a sua já restrita cidadania política cassada. Esses cidadãos, apesar da interdição formal, continuam atuantes no quadro político, exercendo um papel de relevo na sociedade. Sua influência se faz sentir tanto direta como indiretamente. No primeiro caso, temos as conseqüências imediatas do papel que desempenham enquanto atores políticos (ainda que não autorizados legalmente); no segundo, sua ação pode ser notada nas respostas que provoca na opinião pública – particularmente nos *mass media* – e nas alterações políticas do regime, como decretos, leis e outras atitudes, cujo objetivo principal é cercear e impedir, se possível, a ação desses atores.

A organização e o estudo da produção documental desses agrupamentos revestem-se, portanto, de um caráter de revisão histórica na medida em que propõem possibilitar a construção de uma outra memória e recuperar o papel político por elas desempenhado. Contrapõe-se a isto um reconhecimento acadêmico superficial, muitas vezes *underground*, da ação de tais atores, minimizando a importância de suas atividades no processo político global. Tal distorção é geralmente ocasionada pela tentativa de enquadramento conceitual em categorias formais restritas. Giovanni Sartori, por exemplo, no estabelecimento de uma tipologia de partidos políticos para a análise de sistemas partidários, exclui os grupos marginais ao sistema formal-legal com esta definição de partido político: “qualquer grupo político identificado por um rótulo oficial que [se] apresente em eleições e seja capaz de colocar através de eleições (livres ou não) candidatos a cargos públicos”¹⁷. É preciso ressaltar que os partidos clandestinos continuam desempenhando um papel ativo no sistema partidário, quer englobados por outras legendas, quer agindo no movimento social; o fato de um partido não querer (ou não poder) apresentar candidatos em eleições não livres não o inviabiliza enquanto partido.

O arranjo arquivístico deve sempre procurar retratar as atividades reais das instituições e, na medida do possível, ser um espelho fiel destas para que haja uma contextualização da produção documental, conforme os moldes definidos anteriormente. A dificuldade encontra-se no fato de as funções realmente desenvolvidas por uma instituição, em especial no caso dos partidos clandestinos, serem diversas

17. SARTORI, G. *Partidos e sistemas partidários*. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar/Brasília, UnB, 1982. p. 85.

daquelas registradas ou explicitadas oficialmente. Sob esta perspectiva, a definição de partido político utilizada por Umberto Cerroni, apesar de ampla, nos parece mais adequada: “conjunto que pode ser definido como uma máquina organizativa e um programa político estruturado e articulado”¹⁸. No caso, a tarefa do arquivista é procurar se aproximar ao máximo dessa “máquina” e desse “programa”, tomando a devida precaução de utilizar as funções explicitadas formalmente apenas como referencial e nunca como reflexo absoluto da realidade. Mesmo porque, em circunstâncias assim, as informações sobre as atividades desenvolvidas são escassas; há um ocultamento deliberado das atividades ilegais efetivado pela mínima produção de documentos comprometedores e pela posterior eliminação deles.

Os documentos constantes do Centro de Documentação do Movimento Operário Mário Pedrosa (CEMAP) podem ser considerados como uma amostra significativa da produção documental de partidos clandestinos brasileiros. O CEMAP, entidade voltada para a preservação de documentos referentes ao movimento operário brasileiro, foi fundado em 1981 por professores, pesquisadores e antigos sindicalistas que eram, em sua maioria, ligados à Livraria Palavra: fachada formal/legal da organização trotskista *O Trabalho* e do periódico de mesmo nome. Um dos núcleos iniciais de seu acervo foi a coleção do jornalista e escritor Fúlvio Abramo, composta por periódicos, livros, fotografias, correspondência, material de divulgação e agitação política de diversos movimentos e agremiações políticas que abrange o vasto período de 1920 a 1980. Neste núcleo destacam-se documentos do movimento trotskista dos anos 30 e do extinto Partido Socialista Brasileiro (PSB) – 1946-1965. O fundo documental da Livraria Palavra (1976-1985) forma o outro núcleo fundamental do CEMAP e constitui um exemplo único, até o momento, de documentação política produzida por partido clandestino depositada integralmente, pelo próprio partido, em arquivo ou centro de documentação para a pesquisa pública. Trata-se da totalidade dos arquivos d'*O Trabalho* mantidos pela sede nacional, com a importante ressalva de não terem sido destruídos ou “apreendidos” pela polícia. Esse fundo apresenta não só os documentos orgânicos, como também diversos documentos de divulgação produzidos por outros partidos, brasileiros e estrangeiros, ligados ao movimento operário e popular.

Ao analisar um conjunto significativo de documentos produzidos por partidos políticos clandestinos – os documentos constantes do CEMAP somados à produção documental do maior partido clandestino brasileiro, o Partido Comunista do Brasil/Brasileiro (PCB)¹⁹ – notamos que a condição de ilegalidade/clandestinidade de

18. CERRONI, U. *Teoria do partido político*. Trad. de Marco Aurélio Nogueira e Silvia Anette Kneip. São Paulo, LECH, 1982. p. 13. (História e Política, 15).

19. Muitos dos documentos produzidos pelo PCB encontram-se disponíveis à consulta dos interessados, porém estão sempre dispersos em múltiplas instituições, organizados com técnicas e metodologias diferenciadas e representam somente uma pequena parcela de sua produção documental total. Para o

tais agrupamentos políticos condiciona a produção documental às suas necessidades objetivas, não tendo nenhuma preocupação jurídico-legal. Por falta de outras referências, os partidos clandestinos adotam uma terminologia documental muito semelhante àquela utilizada administrativamente (oficial). Por exemplo: proliferam documentos denominados atas, informes, pareceres, relatórios etc. que, no entanto, nem sempre são fiéis aos padrões administrativos e tampouco destinam-se às mesmas funções. O que ocorre, de fato, é a falta de padronização rígida no tocante à produção documental. Verificam-se grandes variações temporais e conjunturais nas funções e no alcance da documentação tanto interna, como externa. Tal multiplicidade existe não só entre os diferentes partidos clandestinos, como também entre as diversas gestões de cada entidade.

Os conjuntos documentais provenientes de organizações partidárias clandestinas, que se encontram depositados em arquivos, centros de documentação e outras entidades similares, em geral são constituídos por documentos cujas funções principais foram a mobilização e a conscientização social. Encontramos aí, na maioria dos casos, instrumentos de amplo alcance e circulação, como periódicos, panfletos, volantes etc. No Brasil esses documentos "triviais" tendem a ser menosprezados pelos documentalistas responsáveis pela sua preservação e difusão científica. Normalmente são generalizados no arranjo, sem a devida discriminação funcional, em uma cômoda série, cuja denominação – "diversos" – não é indicativa de qualquer coisa. O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), no seu manual de procedimentos técnicos, define a série "diversos" como "integrada pelos documentos que não se adequam às demais séries. (...) Assim, em um arquivo organizado a partir do critério espécie de documentos, integrarão esta série cartões de visita, cardápios de restaurantes, *folhetos de propaganda*, notas avulsas, *panfletos*, recibos diversos etc." (grifamos)²⁰. Ora, se documento de arquivo é aquele que está contextualizado na própria função geradora, uma série "diversos" dilui e dispersa o registro sistematizado dessas atividades. Contextualizar a documentação arquivística significa que cada documento deverá ser agrupado somente com aqueles que constituem uma série documental.

Apesar de o CPDOC não haver proposto sua metodologia de organização documental como modelo geral a ser utilizado, ela vem sendo largamente adotada em todo o país, inclusive em outros tipos de acervo que não os de documentação pessoal. Muitos arquivos simplesmente aplicam os procedimentos de outra instituição, elaborados para uma realidade específica diversa, sem o menor questionamento

presente ensaio foram trabalhados os documentos do PCB constantes do fundo Octávio Brandão, e dos anexos do *Projeto Brasil Nunca Mais*, ambos depositados no Arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp.

20. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Procedimentos técnicos em arquivos privados*. Rio de Janeiro, 1986. (datilogr.) p. 11-2. Ver também: MOREIRA, Regina da Luz. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: ainda uma estratégia a ser definida?* Rio de Janeiro, CPDOC, 1990. p. 32. (datilogr.)

de viabilidade, revelando o baixo nível de formação crítica dos nossos documentalistas em geral. O CPDOC parece deixar bem claro quais são os parâmetros que norteiam sua atividade: a ilusão de que o tratamento exaustivo da documentação, auxiliado pelo computador, tornará viável o “retorno à tradição francesa do tratamento peça a peça” que foi, confessadamente, a base de seu trabalho desde a criação do Setor de Documentação²¹. Essa perspectiva nada mais é que a expressão de um certo positivismo informatizado, cujos riscos já foram apontados por Jacques Le Goff. A documentação apresentada ao consulente, nessas condições, é absolutamente restrita e exige do pesquisador, quando ele é consciente de tal fato, a busca exaustiva em praticamente toda a documentação disponível à consulta, ao invés de selecionar as fontes de trabalho pelos instrumentos de pesquisa. Esse problema é agravado quando se lida com conjuntos documentais muito volumosos e/ou no caso de fundos de instituições cujo funcionamento orgânico é mal conhecido (ou mal transportado para o arranjo), como os partidos políticos clandestinos.

Tomemos como exemplo um pesquisador interessado em analisar documentos do PCB – Partido Comunista Brasileiro – que consulte o fundo Octávio Brandão no Arquivo Edgar Leuenroth. O trabalho é, no início, facilitado pelo inventário, já publicado, deste fundo (cuja organização segue o manual do CPDOC), pois possibilita a seleção do material a ser consultado. Porém, a busca dos documentos gerados pelo PCB ou por seus membros, no exercício de atividades partidárias, é problemática, uma vez que a origem não é considerada plenamente no estabelecimento das séries documentais; os documentos orgânicos do PCB encontram-se dispersos ao longo das diversas séries que compõem o arranjo. É indispensável, portanto, fazer uma leitura cuidadosa de todos os verbetes do inventário (que nem sempre referencia a entidade produtora) e, posteriormente, um exame exaustivo da documentação. Nesse caso, a organização do fundo não permite que o pesquisador trabalhe com séries documentais. Ao contrário, impõe o acesso a documentos individualizados²².

Os procedimentos arquivísticos da seleção (ou avaliação) documental, ou seja, a eliminação de alguns documentos, para a guarda permanente de outros, é uma necessidade prática. Tal descarte, essencial para a preservação documental, pode ser justificado tanto pelo critério econômico – redução dos gastos com armazenamento e conservação da massa documental – como pela constatação da impossibilidade de se guardar a totalidade dos documentos produzidos, mesmo porque as informações se repetem constantemente (os dados contidos num balanço mensal, por exemplo, vão estar presentes também no balanço anual). A avaliação, desde que executada de modo criterioso e transparente, representa uma garantia de qualidade da organização do acervo. Segundo o arquivista argentino Manuel Vazquez,

21. Cf. MOREIRA, R. *Op. cit.* p. 32-5.

22. Ver: *INVENTÁRIO Analítico do Acervo Octávio Brandão*. Campinas, Unicamp, 1986.

"La eliminación de documentos únicos e irremplazables, de menor valor, realizada como único medio de conservar documentos de mayor valor, no es una aberración lógica ni técnica, mas aún, bien realizada es una garantía de que los documentos han sido evaluados y descritos, brinda al investigador una archivalia con información y coherente"²³.

Os critérios que norteiam a seleção documental são definidos historicamente. Constituem-se de elementos qualificadores da cultura política; informam sobre a entidade, a época na qual está inserida e a necessidade de legar testemunhos vitais. Os documentos não eliminados são aqueles que se configuram como essenciais para a compreensão da própria sociedade²⁴.

O caráter eminentemente político dessa atividade insere a preservação de fontes documentais para a memória e para a história no contexto da luta de classes. Os critérios adotados como "socialmente válidos" privilegiam os testemunhos dos grupos dominantes dentro da construção ideológica que promovem da sociedade. Os vestígios da atuação de outros sujeitos históricos são apagados, sendo-lhes recusado o direito ao próprio passado e, conseqüentemente, à própria cidadania. Como resposta a esse quadro, alguns atores políticos marginais ao sistema decisório passam a organizar os seus próprios arquivos e centros de documentação, visando garantir a existência de sua história enquanto memória para o futuro, pois, como François Furet coloca, citando Charles Tilly, "toda revolta que escapa à repressão escapa à história"²⁵. As entidades surgidas sob essa perspectiva desenvolvem sistemas de organização documental e de classificação próprios, voltados exclusivamente às suas necessidades práticas, apresentando um caráter de oposição aos padrões acadêmicos do tratamento da informação²⁶.

No entanto, a conservação, bem como a abertura do acesso ao público de documentos recentes de partidos clandestinos – ou de outros atores que desenvolveram uma atividade questionadora e transformadora da ordem social vigente – coloca um delicado e ainda não resolvido problema: como manter organizados os conjuntos documentais, sem perder a coerência do acervo, se estes podem colocar em risco a integridade física das pessoas envolvidas ?

23. VAZQUEZ, M. *Manual de selección documental*. Córdoba, 1983. p. 24.

24. Cf. CARUCCI, Paola. Tipologia, carattere della documentazione, problemi organizzativi. *Gli archivi per la storia contemporanea: organizzazione e previsione; atti del seminario di studi, Mondoni, 23-25 febbraio 1984*. Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1986. p. 71-90. (Publicazioni degli archivi di stato, saggi 7). A expressão *cultura política* está de acordo com: BOBBIO, Norberto et al. *Diccionario de política*. 2. ed. Trad. de João Ferrier et al. Brasília, UnB, 1986.

25. FURET, F. *Op. cit.* p. 56.

26. Ver como exemplo: CENTRO DE PASTORAL VERGUEIRO (Setor de documentação e pesquisa). *Nosso trabalho em documentação*. São Paulo, 1985. (Série de documentação, 1). (datilogr.)

Tipologia documental e longa duração

A forte carga ideológica presente na organização documental coloca a questão do direito à construção da memória acima da efetivação do acesso público à documentação como garantia do cidadão ao seu passado. Frente a isso e frente às particularidades dos acervos de organizações político-partidárias clandestinas, a opção por um arranjo documental funcional, ao invés do já tradicional arranjo estrutural, constitui o único modo de adequar a organização dos documentos às atividades efetivamente desenvolvidas. Um arranjo estrutural revela-se bastante problemático dado o fato de as entidades não terem, ao longo da sua existência, uma estrutura organizativa rígida e duradoura. Nos partidos clandestinos essa estrutura, além de não ser definida claramente (muitas vezes ela é intencionalmente camuflada), vê-se alterada constantemente em função das mudanças no cenário político e das reformulações na linha ideológica interna, fenômeno característico de qualquer organização partidária²⁷.

Propomos que o arranjo funcional não seja pautado somente pelas funções dos documentos, mas também pelas espécies documentais, ou seja, um arranjo tipológico, entendendo por tipo documental a função do documento aliada à sua espécie²⁸. Essa opção requer o estabelecimento prévio de tipologias documentais específicas a cada modalidade de acervo de acordo com a própria natureza; assim, os partidos e associações políticas deverão ter um instrumento metodológico próprio que será diferente daqueles destinados, por exemplo, à organização dos acervos das entidades sindicais ou dos arquivos pessoais²⁹. A confecção de tal instrumento é complexa. Supõe uma identificação preliminar das funções desempenhadas não só no nível formal-legal, para, a partir daí, identificar na documentação as espécies presentes em cada função principal; com a conjunção desses elementos pode-se elaborar a tipologia documental e, por extensão, séries tipológicas.

O caráter particular aqui proposto para cada modalidade de acervo evita que se caia no que Raymond Grew denominou *fallacy of misplaced concreteness*, risco inerente a uma comparação de universos semelhantes (arquivos privados) que, na

27. Para uma discussão mais aprofundada em torno da questão teórica dos métodos funcional e estrutural ver: TESSITORE, Viviane. Arranjo: estrutura ou função? *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan./jun. 1989.

28. Cf. BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Tipologia documental em arquivos: novas abordagens. *Arquivo Rio Claro*. Rio Claro (SP), v. 9, n. 1, p. 4-15, jan. 1990; e ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. *Op. cit.*

29. Ver como exemplo de organização funcional de acervo pessoal: CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais: uma proposta de descrição. *Arquivo: boletim histórico e informativo*. São Paulo, v. 9, n. 1, p. 21-4, jan./jun. 1988.

realidade, pasteuriza as características de cada elemento, transpondo variáveis específicas de um dos termos para o outro³⁰.

Somente o arranjo tipológico transparente quanto aos critérios utilizados permite a efetiva contextualização dos documentos, além de deixar claro os limites de sua utilização. O pesquisador pode então perceber o quadro completo do funcionamento das instituições cujos documentos está analisando. As séries tipológicas só podem ser elaboradas dentro de uma perspectiva de longa duração. Ao invés de somente traçar detalhadamente todas as mudanças organizacionais ocorridas, o arquivista deve se preocupar com as lentas modificações das atividades executadas. Enquanto as funções permanecem quase inalteradas, as espécies documentais sofrem mudanças constantes devido às transformações tecnológicas e às novas necessidades burocráticas. Desta forma, o arranjo estrutural da documentação produzida pela administração de uma cidade brasileira, São Paulo, por exemplo, encontra como referência básica, por um longo período de tempo, um único e gigantesco fundo – “Câmara Municipal”. Em contrapartida, vemos que as funções executadas pela administração imperial não só eram bastante diversificadas, mas também se estenderam no tempo, a ponto de se identificarem com as que a Prefeitura hoje desenvolve, com exceção da atividade religiosa que era, naquela época, vinculada ao Estado³¹. Isto significa que o arranjo tipológico permitiria ao pesquisador analisar uma cidade como São Paulo sob a ótica de uma continuidade de quase quinhentos anos, percebendo as alterações administrativas através da supressão de antigas funções, ou do surgimento de novas.

A persistência e a ampla difusão do método estrutural de arranjo arquivístico, que não insere a documentação num processo de continuidade – pelo contrário, forma um sistema de rupturas – provavelmente está relacionada à tradição ocidental que sempre encarou a história como uma ciência do passado. Nesse sentido ele representa aquilo que deve ser sepultado, que não exerce mais nenhuma influência na sociedade presente. O hábito de separar, primeiro presente e passado e posteriormente este “passado” dividido em períodos cronológicos (Antigüidade,

30. GREW, R. On the current state of comparative studies. In: *MARC BLOCH aujourd'hui: histoire comparée et sciences sociales*. Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1990. p. 323-34; p. 329.

31. As deficiências do método estrutural para a organização do sistema municipal de arquivos da cidade de São Paulo esto indicadas no trabalho, ainda inacabado, da Secretaria Municipal de Cultura: “Durante mais de sessenta anos, a administração municipal esteve estruturada, formalmente, em um organograma extremamente simplificado e praticamente sem especificação de funções. resultante da velha Lei imperial de 1º de outubro de 1828. Esse organograma, entretanto, absolutamente não refletia toda a multiplicidade de funções exercidas pelos membros da Câmara que administravam a cidade. Na prática, um pequeno conjunto de vereadores, juízes, procuradores e funcionários tinham atribuições que mais tarde seriam objeto de intendência, diretorias, divisões, departamentos e secretarias.” (BARROS, Liliane Schrank Lehmann e MOIZO, Rosana Pires Azanha. Formação administrativa da cidade de São Paulo, 1554-1954. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo, n. 199, p. 28, 1991).

Idade Média, História Moderna, História Contemporânea) que marcam a ruptura de um novo tempo com aquele que o precedeu, faz uma triagem entre o que pode ser compreendido e o que deve ser esquecido “para obter a representação de uma inteligibilidade presente” e conseguir uma vitória, ainda que efêmera, sobre a morte³². Contraindo-se a esta ótica, encontra-se também a “nova história” que põe em xeque a definição tradicionalmente aceita da história como “ciência da autoridade do passado e consciência do tempo, [que] deve ainda se definir como ciência da mudança, da transformação”³³. Para atingir essa renovação é fundamental que a história passe a se colocar nos termos da longa duração braudeliana, de forma a poder considerar a experiência humana como um processo de continuidades ao invés de vê-la atada às tradicionais rupturas. Concorre para isso a renovação das metodologias de organização documental, especialmente aquelas que inserem o documento de arquivo numa contextualização mais longa. A renovação dos arquivos deve começar pela maneira como os documentos, no sentido definido anteriormente, são incorporados aos acervos, não mais identificados como depósitos de papéis velhos e empoeirados. Por que manter a clássica diferenciação entre arquivo, biblioteca, hemeroteca e setor de audiovisuais? Por que não contextualizar um livro nas funções para as quais ele foi escrito (ou adquirido) ao invés de fragmentar essa informação numa referência temática (biblioteconômica)?³⁴ O surgimento de uma “nova arquivística” – aquela que é capaz de realizar arranjos funcionais – é fundamental para atender às recentes demandas da história pois, segundo Jacques Le Goff, “há sempre uma relação entre o tipo de história que se pratica e o tipo de documentação que o historiador tem à sua disposição”³⁵. Cabe observar que também a forma como essa documentação se apresenta ao historiador tem uma influência decisiva. Para Certeau o trabalho do historiador assemelha-se à transformação de matérias-primas, feitas com o minério já refinado, em produtos *standard*; entretanto, devemos observar que a qualidade de refinação deste minério influencia todas as operações subsequentes³⁶.

A adequação dos arquivos à revolução documental, juntamente com a adoção de metodologias funcionais, permite a aproximação mais efetiva com a história das mentalidades ao refletir o cotidiano das entidades produtoras dos documentos. “O nível da história das mentalidades é aquele do cotidiano e do automático, é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu

32. Cf. CERTEAU, M. de. *Escritas e histórias*. In: *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1982. p. 13-27; p.15 e segs.

33. LE GOFF, J. e NORA, P. *Op. cit.* p. 15.

34. O setor de documentação do CPDOC é dividido em três sub-setores que fazem a triagem de todo o material recebido antes do arranjo ser executado: arquivo (manuscritos, datilografados e recortes); audiovisual; e biblioteca (impressos e documentação cartográfica). Cf. CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. *Op. cit.* p. 1.

35. LE GOFF, J. A nova história. In: *Reflexões sobre a história: entrevista de Francesco Maiello*. Trad. de Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa, Edições 70, 1986. p. 63-101; p. 64.

36. Cf. CERTEAU, M. de. *A operação histórica*. *Op. cit.* p. 29.

pensamento”³⁷. Do mesmo modo, os arquivos devem ser reveladores das atividades efetivamente desenvolvidas pelas instituições (ou pessoas) ao longo da sua existência.

Arquivos e operação historiográfica

Os arquivos são ao mesmo tempo o elemento mais importante e o menos discutido da construção histórica. A ausência de um diálogo efetivo entre historiadores e arquivistas, bem como a falta de conhecimento técnico e teórico sobre a ciência do “outro”, são responsáveis pela situação lamentável em que se encontram duas pontas da mesma realidade, assim como pela enorme distância que as separa. Esse estado de coisas é justificável se pensarmos na baixa especialização que os arquivistas têm, ao menos no Brasil, em relação à história, agravada pela ausência de uma legislação que defina como requisito profissional a formação universitária na área de história. Entretanto, tal situação é inadmissível se voltarmos o foco da atenção para os historiadores: na maioria das vezes alimentam um grande descaso por esta atividade “técnica” que, aparentemente, não demanda nenhum esforço intelectual; infelizmente não se movimentam para tentar reverter o processo e aceitam passivamente o que os arquivos põem à sua disposição. Alguns famosos (e grandes) historiadores ocasionalmente levantam essa questão, porém a maioria permanece adormecida, sem se dar conta de quanto seu trabalho pode estar comprometido. Os arquivos encontram-se no centro desse jogo técnico de fingir ser o sujeito de uma operação que, em realidade, não ocorre senão dentro de um laboratório. Substituem o sujeito de uma operação histórica pelo de uma operação historiográfica. São “um mundo onde se reencontra a complexidade, porém triada e miniaturizada e, portanto, formalizável”³⁸.

Repensar os arquivos é hoje, para quem se sensibiliza com a revolução documental e com as questões postas pela “nova história”, um problema fundamental pois, como coloca Michel de Certeau,

“o arquivo substitui nosso produto por um passado recebido. Faz esquecer, progressivamente, o que supostamente representa. Apaga a interrogação genealógica de que nasceu, para constituir-se instrumento de uma produção. No sistema que generaliza tal metamorfose, o arquivo é um operador que perverte o tempo e o transforma em espaço a construir. Esta máquina desempenha um papel fundamental no nosso teatro de operações”³⁹.

37. LE GOFF, J. As mentalidades: uma história ambígua. In: _____ e NORA, P., orgs. *História: novos objetos*. Trad. de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. p. 68-83; p. 71.

38. Cf. CERTEAU, M. de. *Escritas e histórias*. Op. cit. p. 20.

39. Idem. O espaço do arquivo ou a perverso do tempo. Trad. de Ana Maria de Almeida Camargo. (datilogr.) p. 2. (Texto original: *L'espace de l'archive ou la perversion du temps*. *Traverses*. Paris, n. 36, p. 4-6, jan. 1986).